



## ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2019

### Ata n.º 32

Aos três dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e cinco de Setembro, aditamento de vinte e sete de Setembro, segundo aditamento de trinta de Setembro e terceiro aditamento de dois de Outubro, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emilia Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**PONTO UM:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta de apoio à Comunidade Terapêutica do Azinheiro em Estoi, através de uma comparticipação financeira no valor total de 3.780,00€, para custear o internamento de um munícipe de Albufeira;---

**PONTO DOIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta de apoio à Comunidade Terapêutica João Guilherme - Projeto Homem em Abrantes, através de uma comparticipação financeira no valor total de 5.435,00€, para custear o internamento de um munícipe de Albufeira;-----

**PONTO TRÊS:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao concurso público para execução da empreitada de "Remodelação da Rua 5 de Outubro - 2.º Fase", pelo valor 235.620,27€ +IVA; -----

**PONTO QUATRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Aquisição de licenciamento Microsoft para o município de Albufeira", pelo valor base de 380.492,40€ + IVA;-----

**PONTO CINCO:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento por Consulta Prévia para contratação de serviços de medicina do trabalho, pelo valor base de 72.000,00€ + IVA; -----



**PONTO SEIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao "Ajuste Direto - Regime Simplificado para aquisição do serviço de um professor de coro e expressão musical para o projeto Clube do Avô", pelo valor de 1.575,00€ + IVA; -----

**PONTO SETE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao "Ajuste Direto - Regime Simplificado para aquisição de técnico de desporto para aulas de seniores em movimento (Educação física) - Clube do Avô", pelo valor de 4.060,00€ + IVA; -----

**PONTO OITO:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL) - 2020-2021, pelo valor total de 259.031,00€; -----

**PONTO NOVE:** Apreciação e deliberação da recomendação apresentada pelo BE sobre a resposta às alterações climáticas; -----

**PONTO DEZ:** Apreciação e deliberação da recomendação apresentada pelo BE sobre a participação do município na Semana Europeia da Mobilidade - Setembro 2020; -----

**PONTO ONZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis em 0,3% para prédios urbanos; -----

**PONTO DOZE:** Apreciação e deliberação, sobre proposta da Câmara Municipal, da não transferência de competências para a autarquia, no ano de 2019, o domínio da Gestão das Áreas Protegidas;-----

**PRESENCAS:** Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Elisabete Filomena Lopes Machado (suplente PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Ana Luisa Sousa Simões (suplente PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emilia Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), José Manuel Guerreiro Vila-Nova (suplente PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água -



Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

**Faltas:** Ana Cristina Neves Pinto Oliveira, Vitor José Correia Maria Vieira, Helena Maria Palhota Dias Simões e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho.-----

**Substituições:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Elisabete Machado, Ana Luisa Simões, José Vila-Nova e João Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. --

Presidente da Assembleia: "Meus Senhores, minhas Senhoras, antes de entrarmos na ordem do dia, no período antes da ordem do dia, atendendo ao recente falecimento de Freitas do Amaral, um homem de Estado, um homem que marcou a história deste país pela sua intervenção política e a sua intervenção como professor universitário, apontaria um minuto de silêncio em homenagem e em nome da pessoa que foi de Estado". -----

Francisco Oliveira: "Eu gostaria só de acrescentar o Senhor Professor Freitas do Amaral foi também Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas". -----

Foi feito um minuto de silêncio. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

Marina Moita: "Boa noite Senhor Presidente, Senhora Vice-presidente, senhores Vereadores, senhores Secretários, senhores Deputados, restante público. Meu nome é Marina Augusta Escoval Moita, sou natural de Moura e fui munícipe deste concelho perante vários anos. Aqui praticamente criei a minha filha, aqui cresci em vários níveis tendo-me formado também noutras áreas na minha Terra Natal, da Saúde à Proteção Civil. Sou filha de Bombeiro da corporação de Moura e prima do Comandante dos Bombeiros dessa corporação. Quero aqui salientar, que não pertença a partido nenhum, demiti-me recentemente do Bloco de Esquerda por motivos pessoais, portanto sou política independente. Os assuntos que me trazem aqui, vou tentar sintetizar e tem



vindo a me preocupar e não é por estar ausente, porque quem cala consente e quem consente é cúmplice. O assunto da Residencial Luis, que já pedi esclarecimento via email e não me foi respondido, à senhora Vice Presidente e ao senhor Presidente. Isto tem cedido no tempo mas não no esquecimento, pelo menos no meu não, que presenciei construções ilegais e há atas da Câmara, as quais tenho provas, está tudo muito bem guardado, com pessoas de confiança, para caso que me aconteça alguma coisa, seja ameaçada. Essas provas vêm aos mídias e à ordem pública, porque eu sei os riscos que corro ao estar a expor todas as situações, mas também sei como agir, porque sei como as coisas são. É inadmissível aquela Residencial que inclusive o relatório da SEPNA ao qual vocês têm acesso, diz que dá má imagem ao turismo. É verdade, mas Albufeira tem turismo, enche a que preço? A preço de vermos tráfico e consumo de droga, a preço de termos transportes urbanos de péssima qualidade, inclusive quando chegamos lá o bar já está fechado, se formos a certa hora, como um dia que fiz escala cá, que já não me encontro cá como referi anteriormente, e vim de Beja e uma pessoa chega ali esfomeada e não tem uma máquina. A máquina não vai fazer concorrência, ponham uma máquina de águas, de snacks, porque as pessoas chegam lá esfomeadas. Évora está no ranking acima de Albufeira e Portimão e concordo. Porque em Évora paga-se um euro de transporte urbano, que é TREVO e ando o dia inteiro nas linhas todas. Portimão e Lagos têm Vai e Vem e Onda e em um dia e servem praticamente o concelho todo. Albufeira temos só um cinema e nem sequer para lá o GIRO vai. Portanto, eu sinceramente considero que Albufeira sim enche, sim mas a que título? Tudo o que vem à rede é peixe. Porque qualidade não há, há precariedade no trabalho e o ano passado trabalhei no INATEL, fiz parte do piquete de greve, foram três greves. Há desordenamento territorial, há sítios construídos com riscos sísmicos que não devem estar construídos. As cheias, taparam um curso de rio e agora querem fazer uma estação elevatória. Se vier uma enxurrada a estação elevatória não está ali a fazer absolutamente nada. Porque a natureza é soberana, como demonstrou o furacão dos Açores. É gastar dinheiro e gastar dinheiro para fazer nada, as pessoas estão em risco. E não me venham dizer que o ordenamento territorial é recente, Sebastião José de Carvalho e Melo Conde de Oeiras e Marquês de Pombal foi o protótipo do ordenamento territorial e da sismologia, está na história de Portugal. Eu fui, como oferta da Câmara de Moura, no dia da mulher ao Lisbon Story Centre que também atesta isso, toda a história de Portugal, antes e depois do tsunami. Sebastião José de



Carvalho e Melo Conde de Oeiras e Marques de Pombal, foi o pioneiro do ordenamento territorial e ninguém valorizou isto. Ninguém ligou, é construído desenfreadamente, eu tenho visto edifícios que são perfeitas aberrações, entra lá uma Proteção Civil avalia aquilo e são riscos atrás de riscos. Há sítios que os bombeiros não conseguem meter uma maca. Eu já fui ver um apartamento para alugar, anteriormente, que as escadas para os quartos eram em caracol, havendo um sinistro, tentar tirar de lá alguém era totalmente impossível. O Village Montechoro tem a sala num piso superior à kitchenette com dois degraus, quem é que mete crianças ou idosos ali. Temos de pensar na mobilidade, na acessibilidade e em tudo. Quanto às mini entrevistas do senhor Presidente, eu meto-me em tudo, porque, "Descartes, penso logo existo". Dizer que ofereceu aos Bombeiros, que oferece alguma coisa aos bombeiros, oferece com o quê? Com as taxas que auferem dos munícipes? Não, os munícipes é que estão a oferecer indiretamente. Porque vi outra entrevista, da retirada da taxa de proteção civil, na qual isso rendia quinhentos ou seiscentos mil euros por ano, daí tira-se muita coisa. Fez-me espécie, sou filha de bombeiro e fez-me espécie ver os nossos bombeiros voluntários de Albufeira fazer a formatura, no dia do município em farda de incendio rural. Não têm uma farda de gala? Pelo amor de Deus, isto é anti protocolo. Então imagine que eu vinha para aqui em nudez como vi na rua, vi muitos órgãos genitais femininos e masculinos. Acha que isso era bonito? Vocês virem para aqui todos em bikini? Pelo amor de Deus, isso já era de bradar aos céus. Portanto tudo tem o seu tempo e o seu espaço, Albufeira infelizmente, e eu entristeço-me porque Albufeira foi a minha segunda casa, é a minha segunda pátria, embora me chamem de estrangeira muita gente, mas não, se não fossem os alentejanos, o senhor Presidente também é Alentejano, Albufeira não estava construída, porque nós vimos para cá trabalhar em condições precárias. Há outra situação que devia ser levada ao parlamento, nós alugamos quartos a trezentos ou quatrocentos euros por mês que não estão declarados e isso leva-nos parte do ordenado e não podemos meter isso no IRS. Então cumprimos o dever de pagar e não temos o direito de receber? Portanto isto está tudo muito mal e há muita precariedade nos trabalhos. Há sítios que não declaram os empregados, há sítios que estão abaixo do ordenado mínimo, há muita precariedade. Não pagam a horas, não fazem nada, empregam-se pessoas que também não as declaram, eu presenciei. Eu fui uma da que estive em sítios não declarados, tinha de ser que tinha uma filha a criar, e é o queres ou não queres. Eu não quero de hoje para amanhã dizer e



entrar com uma ação de corrupção contra a Câmara Municipal de Albufeira, porque eu adoro Albufeira, cada vez que falo de Albufeira e vejo Albufeira na televisão choro baba e ranho, aqui casei, aqui me divorciei, aqui ameí como ninguém, aqui cresci como pessoa. Já me acusaram de só falar no facebook, eu sou uma pessoa que dou a cara pelas causas que abraço. Não sou covarde e se tiver de morrer serei a Catarina Eufémia do Algarve. Mais vale morrer por uma causa do que morrer sem fazer nada ou ser covarde ou criminosa. Se tiver de morrer morro por uma causa, e a minha causa é lutar pelo bem comum e porque vou vos dizer uma coisa, é essa a herança que vão deixar para os vossos filhos, nossos filhos, nossos netos, porque a minha filha a mim não me vai cobrar. Vai dizer *é isto foi o que o meu avô ou o meu pai me fez, ou não fez*. Porque ela antes pelo contrário diz, *mãe deixa-te da política, porque daqui a pouco não tenho mãe, estás casada com a política, divorcias-te do pai para te casares com a política*, portanto vocês estão a semear para os vossos filhos e vossos netos, nossos filhos e nossos netos. Gostariam que os vossos filhos ou netos vissem, ou um deles o tráfico e consumo de droga que eu vi? Não. Eu sou a favor da despenalização da droga mas é como o álcool, as pessoas têm de ser responsáveis pelo que fazem. Logo com regulamentação, se te drogares vais preso porque podes ser apanhado com Doping. É idêntico, mas isso não indica que anda a aliciar as pessoas para a consumir. Não, porque isso tem malefícios, há que pensar nas coisas com conta peso e medida. Portugal tem todas as coisas para ser um país totalmente independente e autónomo, não temos medo de dívidas externas, nem Brexits nem nada, mas falta consciência, autoridade. Muito obrigada".-----

Luís Reis: "Boa noite, tenho um pequeno texto em que começo com uma primeira pergunta, em benefício do rigor do debate e transparência política, como dizia Freitas do Amaral, agradeço senhor Presidente, informar porque não foram construídos lares de terceira idade, nem serviços continuados, sabendo de antemão que a Segurança Social ou a Santa Casa não têm capacidade financeira para tal. Poderiam construí-los e angariá-los. Quanto aos privados sabemos os preços mensais, não poderemos portanto esperar que daí advenha algum lar para reformas de duzentos euros ou pouco centenas mais. Repetidamente, já que há décadas que reclamo por esta dramática falta da nossa estrutura social nesta terra, faço a minha segunda pergunta: Porquê centros de dia quando o normal seriam lares com centro de dia? Porque se não têm esta obstinação de não proteger quem temido e tem necessidade de apoios há vida e direito a uma



velhice condigna. Passo à minha terceira pergunta Senhor Presidente: Reportando-me à afirmação que fez na festa da Marina em que como, o passeio ferroso do Peneco à Marina iria ser concretizado e obrigatoriamente terem de haver projetos de encargos e financiamentos, pergunto qual o montante que será da responsabilidade desta Câmara? Esta é a minha terceira pergunta. Subjacente a esta minha anterior pergunta: Porque não foi pública a decisão de abandonar a reabilitação do antigo passeio marítimo ou dos turistas com claro e respetivos desvios de modo a precaver quedas das arribas? Esta foi a minha quarta pergunta. Tenho portanto quatro perguntas que aguardo resposta e perguntas que nem se deviam por, mas enfim cá estou eu. Muito obrigado". -----

Presidente da Câmara: "Em relação ao que a Dona Marina Moita aqui referenciou à parte das suas referências históricas, as personagens que referiu, quer dizer que relativamente ao tráfico de droga que diz há em Albufeira, portanto como sabe isso é o assunto é uma matéria que tem a ver com as forças de segurança que compete a fiscalizações, as ações sobre isso e ao que sei tem havido ao longo do Verão e não só várias investigações e várias ações que têm levado à detenção de algumas pessoas, segundo relatos verdadeiros. Relativamente aos transportes urbanos GIRO, independentemente de alguns pormenores e de alguns problemas que possam existir, até porque o material já não é muito novo, os circuitos estão de acordo com o concurso que foi há cerca de dez anos, estamos agora a começar já a abrir concurso para uma nova concessão o que vai ampliar em muito a questão do GIRO e vai alterar a qualidade dos autocarros, passando até para alguns de maior mobilidade, mais pequenos. Relativamente às fardas usadas pelos Bombeiros no dia do Município, como sabe é uma responsabilidade que não tem nada a ver com a Câmara Municipal nem pouco mais ou menos, tem a ver tão só com o comando daquela corporação. Portanto acho que uma farda independentemente de ser de gala ou ser farda de serviço, independentemente disso penso que estará correto. Relativamente há residencial Luís, ao que sei ela até está colocada à venda, neste momento está lá uma placa e que tem sido feito e foi feito em determinada altura, pelo menos que eu sei, foram feitas em tempos algumas ações de fiscalização, não só pelos Serviços da Câmara mas também pelos serviços externos, nomeadamente outras perícias. Agora ultimamente não tenho conhecimento de nada, a senhora Vice-Presidente poderá, caso tenha mais alguma informação para além desta, lhe dizer. Relativamente ao senhor Luís Reis a questão relacionada com os



lares da terceira idade, estão previstos, estão previstos construir três lares da terceira idade, um deles já foi a concurso e ficou deserto, temos que agora avançar para uma outra modalidade de concurso, que é o lar dos Olhos de Água. Depois temos um lar a ser construído nas Fontainhas e um outro nos Caliços. O Lar dos Olhos de Água, o processo de concurso está preparado, vai novamente a concurso. Relativamente ao Lar das Fontainhas, está em fase adiantada, uma vez que também já tem projeto. Este projeto vai ser oferta, porque como sabem aquele lar era para ser construído pela Nuclegarve e houve uma reversão do direito de superfície do terreno para a Câmara, vai ser a Câmara que o constrói, sendo que, quanto ao projeto revisto, obviamente revisto, remodelado, melhorado com certeza e adequado às leis existentes neste momento. Pertencia à Nuclegarve, a Nuclegarve cede o projeto e a Câmara faz a construção do lar, portanto quando houver possibilidade orçamental de cabimento também começamos e lançamos essa empreitada. Depois há o outro lar aqui no Cerro do Malpique, numa fase que está um pouco mais atrasada, que temos de fazer uma negociação à semelhança deste com a Nuclegarve, temos de fazer uma negociação com a Associação Humanitária de Solidariedade de Albufeira a AHSA, que dentro de pouco tempo vai acontecer. Relativamente aos cuidados continuados também temos previsto na Guia construir algumas habitações relacionadas com os cuidados continuados. Passadiço que liga o Porto de Abrigo à praia do Peneco, à praia de Albufeira, disse eu e a minha perspetiva é essa, que é inseri-lo no conjunto de passadiço ao longo da costa de Albufeira onde for possível e onde se entender que é útil para o nosso turismo."----

Marina Moita: "Antes de mais sei de todos os presentes e apresento as minhas desculpas por ter interrompido o Senhor Presidente, a minha humildade assim me obriga, não quis ferir suscetibilidades. E quanto à segurança, eu vi a reportagem de trinta de Julho no Correio da Manhã, concentrar só na zona da Oura, acho insuficiente, o concelho todo padece da mesma situação e o ano inteiro, não é só o verão. E o seu congénere de Moura, gládio de lá, Álvaro Azedo pediu a intervenção da senhora Secretária de Estado, Isabel Oneto, para reforçar a segurança lá em Moura e isso ainda não vi ainda ser feito aqui. Desculpe, se fez, realmente escapou-me, mas isso devia ser feito aqui, porque acho que o medo também tem a ver com a segurança, peço desculpa. Quanto à Residencial Luis estar à venda, então quem for comprar vai apanhar uma coisa ilegal, cuja Câmara não exerceu as suas competências. Eu tenho gente de família e amigos que são Presidentes de Câmara e de Junta e disseram-me que esses





casos só tinha que ter havido um embargo, tudo a baixo. E no caso dele não pagar, sendo da competência do município, os gastos depois eram-lhes imputados a ele. Portanto eu fiz os trabalhos de casa, não ando para aqui a cometer gafes. Quanto à outra situação, que eu me esqueci, vi um protótipo do passadiço naquela que vai da Marina até à rocha do Peneco, aquilo parecia um corrimão com piso para baixo. Com a erosão do temporal, com riscos sísmicos e essas coisas, acho que aquilo não é seguro. Aquilo é mais uma obra para mostrar que Albufeira é o quê? Albufeira já está descaracterizada, tiraram o lago e o coreto do meia laranja, tiraram a lota para o porto de abrigo. Albufeira hoje em dia é só um emaranhado de comércio e de prédios. Mal a mal, quem for católico vai à igreja, que vê monumentos e alguma coisa de jeito. As outras pessoas só vêm pedras, o meia laranja era tão lido. Ali em Sagres ainda conservam o lavadouro municipal, que é usado pelos turistas, carpistas e essas coisas todas. Vêm-se coretos por todo o lado. Não se retira a identidade a uma cidade."-----

Luis Reis: "Fiquei com uma certa dúvida, não me respondeu, quando o senhor Presidente afirma, na festa da Marina que, o projeto segundo uma maquete que vi, e segundo aquilo que vi quando estava na Câmara, porque já dessa altura o projeto tinha sido já, pelo menos esboçado, a maquete que vi é uma maquete como bem diz, sai da praia do Peneco e vai até á primeira parte da Marina. Contudo não me respondeu, havendo já essa afirmação da sua parte, como poderá afirmá-lo com tanta certeza? Para tal deverá ter, com certeza estudos financeiros e económicos sobre aquele empreendimento, toda aquela situação, que possa presentemente permitir fazer esta afirmação, com base de situações financeiras concretas e foi isso que perguntei. Que tipo de valores é que nós estamos a falar, que será da responsabilidade desta nossa Câmara? Quando me diz que haverá vários pontos e que a situação poderá ser interligada, não é isso que indica a maquete. Se tivesse afirmado que este novo projeto de ligação entre uma parte à outra fosse entrelaçado com o antigo passeio marítimo, em que se pudesse aproveitar algumas partes e daí tentar evitar algumas das baías ou daquelas reentrância que o próprio passeio marítimo faz e fazendo aí pontes entre situações mais perigosas daquela arriba, tudo bem, eu estaria mais satisfeito e muito mais confiante de que a coisa não seria por aí além. Mas segundo aquilo que vi quando cá estive e segundo aquilo que se relata, que o projeto vai para a frente e segundo a maquete que vi, continua a haver as mesmas características, que é fazê-lo sair da zona talvez da ponte fora ou da ponte dentro, ainda não percebi bem. Mas fazer depois uma



distância de cerca de trezentos metros, paralelo à costa, de maneira que vem indicar no primeiro pontão na zona, onde os pescadores têm os seus equipamentos. E quanto às previsões dos lares, eu não vim aqui para saber que tipo de projetos de lares é que estão previstos, nem que tipo de financiamentos ou tipo de negócios que se está a fazer com a Nuclegarve, que já anda por aí na boca, desde que eu estava na Santa Casa da Misericórdia, onde estive durante dezena de anos e aí fomos na altura, abordados para que libertássemos algum terreno para se fazer isso. Portanto, já desde essa altura que conheço esse projeto. E também sei que muito dinheiro já foi investido naquela situação e penso que a situação presentemente continua igual. Temos o projeto em estudo para construir um futuro lar. Na altura o lar era destinado mais a um determinado tipo de profissão, não sei se continua a ser, se não. Mas o que vim aqui fazer é, tentar perceber, porque senão também não vinha cá, tentar perceber porquê que esta situação dos lares, desde o tempo que me conheço, desde o tempo que venho a esta Câmara, desde o vinte e cinco de Abril, não tem aqui nenhum lar feito pela Câmara Municipal de Albufeira, a não ser dois centros de dia. Todos os outros são privados, ou foi a Segurança Social ou foi a Santa Casa que conseguiu novas instalações, que eu assisti a essa situação toda, a essa transição toda e presentemente eu dou por mim e Albufeira não tem em nenhum partido que esteve no poder, não fez nenhum lar e estamos a não sei quantos anos do Vinte e Cinco de Abril, muitos poderes passaram por aqui e essa situação de lar, essa ideia de lar continua aqui numa de vamos calcular, tem projeto, vamos fazer. E eu gostava da sua parte Senhor Presidente que me dissesse depois deste, que terei de chamar as coisas mais ou menos pelo seu nome porque também confesso que os anteriores partidos também não fizeram nada. Visto, não há nenhum lar construído pela Entidade, pela Câmara. Mas percebeu pelo menos pela sua voz e como presidente presente, porque é que esta situação dos lares se mantém desde há longos anos, desde que eu conheço isto, na mesma. Sem lares, numa de projetos. Que se passa nos Serviços Sociais numa Câmara como esta que já teve muitas vezes dinheiro e já teve muitas vezes pouco dinheiro, mas que nunca os lares foram feitos. Eu termino aqui, porque realmente é uma situação que eu penso que nos atinge a todos diariamente, porque todos nós temos familiares. Eu já sou de cá há muito tempo, os meus trisavós já eram de cá e eu já vi morrer muita gente e já vi morrer muita gente nos sítios mais diversos e piores uns de que os outros, por velhice e incapacidades, não poderem ficar em casa e ninguém conseguir tomar conta deles,



isto é já um mal que se prolonga, além dos outros males, mas eu não quero aqui mais males nenhuns. O meu fito e a minha luta depois de ter passado pela Santa Casa da Misericórdia e ver que a Santa Casa da Misericórdia quando eu saí de lá tinha cerca de sessenta pessoas à espera e eu fui à procura de outros lares que estão aí da Segurança Social e outros privados que tinham entre quarenta a cinquenta pessoas à espera fora aquelas que não se inscrevem porque sabem que aquilo está cheio e aquelas que não se inscrevem porque sabem que não vale a pena e outras que não se inscrevem porque nem sabem que se podem inscrever. Imagine a quantidade de gente que ao longo destas décadas que têm morrido mal, isto é inconcebível, é inconcebível. Todos nós temos familiares que já morreram assim, e estamos todos aqui reunidos para tentar decidir se á um projeto que vai para a frente para quarenta lugares ou trinta. Eu tenho dito e peço imensa desculpa de me irritar mas realmente é um assunto que eu penso que toca a todos e eu talvez transpareça aquilo que vocês não querem dizer. Não estou aqui a inventar nada".-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão da Dona Marina sobre a segurança, pois para sua informação fiz uma reunião com a Senhora Secretária de Estado, aquela Secretária de Estado que referiu, Isabel Oneto. Convidei-a para um Conselho Municipal de Segurança. Até precisamente a segurança em Albufeira na altura, mês e meio mais ou menos à volta disso, no sentido de solicitar mais efetivos durante este período de tempo, essencialmente neste período. Fiz uma carta com fotografias inclusivamente de algumas mostras de comportamentos de cidadãos, independentemente de ser portugueses ou estrangeiros para que possam aqui adotar aquilo que se vai passando. A APAL, Agência de Promoção de Albufeira, também fez uma carta solicitando, precisamente para ser uma outra entidade, para não ser só a Câmara a solicitar, mais segurança. Ainda ontem tive uma reunião com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, que não está aqui mas está o secretário, o senhor João Guerreiro no sentido de ouvir e auscultar junto com a Guarda Nacional Republicana também, a auscultar os testemunhos das pessoas, dos agricultores a quem roubaram, desviaram alfarrobas, citrinos, abacates e outras coisas. Para além da pouca segurança que tem aquelas pessoas, dada a unidade que andam nos campos isolados e que não têm defesa possível. Que vai ser feito uma carta pela Câmara Municipal desses testemunhos, fazendo um resumo dessa mesma reunião de ontem, dessa auscultação, no sentido de, não para a campanha de este ano. O objetivo não deve ser apenas a



campanha das alfarrobas que só aparece novamente no próximo ano nesta altura, mas sim tudo o resto, citrinos abacates, etc.. Portanto muita coisa já foi feita, agora resultados também ainda não há, é verdade. Mas terá que haver nem que seja dentro de relativamente pouco tempo. O que é certo, é que, a administração diz que não tem elementos, entretanto temos de fazer, temos que montar outras operações, outro tipo de ações no sentido de minimizar essa mesma insegurança. Relativamente aos passadiços, respondo às duas pessoas que falaram, o Senhor Luís e à dona Marina, quero dizer que essa maquete que apareceu não sei onde não tem nada a ver com o projeto que eu tenho pensado, não é que eu tenha idealizado, não sou projetista, mas tenho ideia sobre aquilo que será junto à volta da própria estrutura das rochas, não será aquele passadiço que eu vi por aí algures também. Não tem nada a ver com isso, não tem nem pouco mais ou menos a ver com essa maquete. É uma maquete do outro tempo, duma entidade que não era a Câmara Municipal, acho que era a sociedade Polis, portanto não tem a ver com isso, tem a ver com um setor devidamente inserido no mesmo projeto dos outros que irão ser conseguidos pelo projetista. Os lares, já disse e vou repetir novamente, o lar dos Olhos de Água já foi a concurso, já este em concurso, não houve nenhum concorrente que apresentasse propostas. Só não começou ainda a construção porque não houve nenhum concorrente que apresentasse proposta e está agora à espera de se cabimentar novamente, para ir novamente a concurso. Relativamente ao Lar das Fontainhas, que é o lar que era para ser construído pela Nuclegarve como já disse, esse lar está preparado, também está pronto, uma vez que depois da revisão do projeto que já tem alguns anos, da revisão da melhoria e relativamente àquilo que são as leis novas sobre acessibilidades, eficiência energéticas e aos mais diversos aspetos. O projeto foi remodelado, foi melhorado e agora estamos preparados já para lançar o concurso quando houver possibilidade de orçamentação, dar-lhe o cabimento e avançar com a obra por aí adiante. Com o concurso, depois há de haver concorrente, escolhem-se as propostas, elabora-se o contrato, manda-se para o Tribunal de Contas, isso passa vários meses não é amanhã. Só o Tribunal de Contas demora dois, três meses a dar visto a um contrato, é preciso que se entenda isso, muitas vezes não se entende porque as pessoas não sabem. Relativamente ao Lar dos Calços, está um bocado mais demorado mas a seu tempo, no próximo ano penso que estará nestas condições que estão estes dois com a possibilidade de abrir concurso também. Relativamente aos lares que existem no concelho de Albufeira, não é bem



verdade que a Câmara não tenha construído um lar. Já construiu dois, um na Guia, foi a Câmara Municipal que o construiu, não consigo dizer quantos anos, mas penso que era Presidente o Senhor Xavier Xufre e outro aqui na Quinta da Palmeira que era Presidente o Senhor Desidério Silva, eu já estava na Câmara também. Portanto a Câmara tem dois lares que construiu que estão a ser explorados por outras entidades, não a Câmara Municipal. Isso é outra questão. Relativamente a outros lares, existe o Centro Paroquial de Paderne, que tem um lar também em Paderne, Centro Comunitário e que a Câmara também colaborou na sua construção e também não foi pouco. Portanto já existe alguma coisa. Não é suficiente! É verdade, senão também não tinha estado nos minutos anteriores a falar nos lares que estão previstos. Os lares vão ter alguns deles Centro de Dia também, depois adequado à altura que ele ficar a entrar em funcionamento, tudo dependerá."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Tem a ver com a questão levantada na última Assembleia, relativamente ao acidente que ocorreu, relativamente à pedra que tinha caído, nós demos indicação que estaríamos disponíveis e gostaríamos muito de fazer uma visita ao local e verificar a situação e a pergunta é se já foi feita alguma coisa, se têm prezado alguma visita, se os serviços já analisaram a questão, exatamente como é que está?"---

Roberto Raposo: "Vieram me dizer há dias que os funcionários da Câmara têm de andar a fazer a limpeza de passeios e de bermas em zonas que deveriam ser feitas pela empresa que foi contratada. Gostava de saber se isso é verdade, porque se é, é mau estar-se a pagar um serviço que depois é feito por nós próprios."-----

Francisco Guerreiro: "Só para perguntar ao senhor Presidente, em que situação se encontra o edifício no Roja Pé, que era para ser demolido e a vivenda na Guia. Se há alguma novidade, se já foi demolido, o que se passa?"-----

Presidente da Câmara: "Relativamente á questão do Cerro da Águia, que foi levantada pelo Francisco Oliveira, não é por acaso que hoje estão aqui os atores principais desta área, passando pela Vice-Presidente, Diretor Eduardo e Chefe de Divisão Paulo Pereira. Algumas coisas já foram feitas, com certeza, e se for possível passava a palavra à Dr<sup>a</sup> Ana Pífaru."-----



Vice-Presidente: "Desde a primeira hora, que os serviços da divisão de fiscalização e vistorias da Câmara e juntamente com a Proteção Civil intervieram no local. Se me permitirem passava a palavra ao engenheiro Paulo Pereira, que tem acompanhado a situação desde o primeiro minuto até agora, que em termos técnicos saberá melhor do que eu, explicar tudo o que foi detetado e tem estado a ser feito."-----

Chefe de Divisão- Paulo Pereira: "Respondendo á questão que foi levantada na última Assembleia, por acaso estava em casa e só soube mais tarde da situação e passo a descrever. A situação ocorreu devido ao desornamento de uma pedra por erro humano, no dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove, pelas catorze horas. A primeira vez que soube da situação desloquei-me ao local com o serviço de Proteção Civil, no local estava presente o senhor João Freitas, que identificou-me na última Assembleia Municipal como fiscal, e não, sou o chefe da divisão de fiscalização municipal e vistorias, engenheiro Paulo Pereira. Falei com o senhor, constatei o facto da rocha já estar no jardim do senhor. Os construtores já estavam no local para remover a terra. Enderecei ao senhor a dizer que teria uma reunião com o executivo, mas que no momento iria mandar a equipa técnica ao local. Às quinze e trinta já estava uma equipa técnica no local, fez o levantamento da situação da obra, às dezassete horas estava numa reunião da Câmara, na qual emiti duas informações via email para a senhora Vice- Presidente, senhor Diretor, senhora Vereadora da Segurança e Proteção Civil e para a Proteção Civil. Fiquei com o telefone do senhor, para se houvesse necessidade de uma urgência de contactar a pessoa assim o faria. Entendi, face ao relatório e à análise que efetuei, que não haveria qualquer situação de perigo desde que a obra estivesse parada. Foi essa a instrução que dei e até hoje está parada. Como anexo disto, está testemunhado no SGD da Câmara e email o que aqui reporte. No dia vinte e oito, sábado, pelas nove horas mandei uma mensagem ao senhor Melo, que é o coordenador da fiscalização municipal, dado que a fiscalização municipal também exerce a fiscalização aos fins de semana, e o senhor Jorge foi ao local da obra, para ver se haveria alguma intervenção humana, dado que a obra deveria estar parada. E assim foi. Foram executadas algumas medidas, entre dia vinte e sete e dia vinte e oito, para mitigar algum desprendimento que pudesse haver e foi imediatamente, no dia vinte e oito convocado o diretor técnico da obra, o senhor fiscal da obra, o arquiteto da obra. Na segunda-feira tive reunião na Câmara de manhã, com o diretor da obra, com a presença do engenheiro Guilherme, na segunda-feira à tarde a Câmara estava na



obra com a equipa técnica, engenheiro Guilherme, arquiteta Célia, a fazer o relatório técnico. Na terça feira de manhã estava reunido na Câmara com os técnicos todos daquela obra, trata-se de uma obra com alvará emitido, da responsabilidade do dono da obra e do empreiteiro. Analisada a situação e verificado todo o ponto da situação, a obra está parada até que sejam incrementadas as medidas de segurança necessárias para que a obra possa ter a devida continuidade. Hoje, pela tarde, foi-me entregue pelo senhor fiscal da obra, senhor arquiteto Dário Luz, que nada tem a ver com a Câmara, é o representante do dono da obra. O relatório do acontecimento, do próprio empreiteiro, é falha humana ao remover a pedra, por isso é que veio para cá em baixo. O relatório do plano de segurança, que não se adaptava à obra e não verificamos, na análise que efetuamos, nem a segurança se adaptava à obra nem o projeto de estabilidade se adaptava à obra, será da responsabilidade dos projetistas, e aí iremos responsabilizar. Foram notificados os técnicos e neste momento, posso dizer, esta tarde deu entrada na Câmara o plano de segurança reajustado à realidade da obra, que para ser feitas medidas de segurança, terão de ser incrementadas outras medidas de segurança para fazer as de segurança, ou seja, teremos de intervencionar em zona de REN ou de RAN através de redes metálicas ou através de painéis metálicos e só depois é que a intervenção na obra começará. Nessa altura, pedi que comunicassem à Câmara, iremos analisar a questão, se for necessária ser feita essa intervenção, mesmo em termos de segurança, porque é uma situação ingreme e qualquer desprendimento pode se verificar, será antecipadamente reportada à Proteção Civil, que as pessoas não poderão estar nas suas residências enquanto não incrementarmos as medidas que estamos a pensar e que estão aqui no plano de segurança, entregues hoje pelo dono da obra, tal como o relatório do que aconteceu na obra do próprio empreiteiro e o relatório do fiscal da obra. Destes relatórios vê-se perfeitamente que foi erro humano, e que os projetos que deram entrada na Câmara, que a Câmara não tem o dever de verificar, dado que são projetos de especialidade e são da inteira responsabilidade dos projetistas, não se adequava minimamente à obra em curso, nem tinha capacidade para que ela fosse feita tal e qual como se apresenta. Por essa razão a obra estará parada, foram feitas as medidas para minimizar a situação, só começará quando, efetivamente, implementarem as medidas que hoje entregaram e têm um prazo de dois dias para as implementar, mas que antecipadamente terão de comunicar à Câmara a implementação. É tudo quanto me cumpre informar, está registado, quer por



via email, quer por via SGD, se assim entenderem podem requisitar à Câmara os comprovativos das minhas afirmações."-----

Presidente da Câmara: "Foi falado na última reunião que se faria este acompanhamento. Relativamente às questões levantadas pelo Roberto Raposo, sobre se os funcionários da Câmara estariam a fazer serviços que competiriam à empresa concessionada, que eu tenha conhecimento não. Posso tentar apurar isso em pormenor. Relativamente ao senhor Francisco Guerreiro, relativamente ao Roja Pé, está numa fase em que está em andamento a questão da revisão do Plano de Pormenor, no sentido de rever essa situação. Relativamente à casa na Guia, foi apresentado em tribunal um recurso extraordinário, que à partida estará a sustentar a situação e vamos aguardar. Neste momento nenhuma das situações está demolida, não se sabendo o que irá acontecer no futuro."-----

Francisco Oliveira: "Ouvimos a explicação, entendemos a explicação do senhor responsável pela fiscalização, mas a questão que tínhamos colocado inicialmente, era quando é que os serviços estão disponíveis para poderem acompanhar membros da Assembleia Municipal para pudermos averiguar, para termos efetivamente a noção do que possa estar a ocorrer com a obra e com a estrada. E mais, uma questão que ficou dúbia, eu não percebi bem, se neste momento os habitantes da casa estão a habitar ou só irão habitar após a implementação das regras de segurança, que entregaram hoje na Câmara Municipal?"-----

Presidente da Assembleia: "Os técnicos da Câmara estão à nossa disposição, assim os requisitemos. Se a Assembleia Municipal assim o desejar, marcar-se-á um dia para que depois os técnicos acompanhem os membros da Assembleia Municipal. Primeiro organizamos nós e depois remetemos aos serviços, neste caso ao senhor Presidente da Câmara, para que depois nos façamos acompanhar para a referida deslocação."-----

Francisco Oliveira: "Mas foi isso que foi pedido na última Assembleia, que o senhor Presidente autorizasse, que eventualmente pudéssemos marcar uma data e ficamos a aguardar. Ou nós, ou eventualmente os serviços para poder avançar. Mas foi essa a questão que foi levantada, que estaríamos disponíveis e que gostaríamos de acompanhar os senhores fiscais ou os senhores responsáveis pelo município, relativamente a esta situação."-----

Presidente da Assembleia: "Senhor Presidente, segunda-feira às dez da manhã?"-----

Presidente da Câmara: "Pode ser segunda-feira às dez da manhã."-----





Presidente da Assembleia: "Segunda-feira às dez da manhã, os senhores membros da Assembleia que se queiram deslocar ao local, estará lá o engenheiro Paulo Pereira para fazer a explicação do que aqui foi reportado."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão das pessoas estarem a habitar ou não na casa, penso que o engenheiro Paulo Pereira pode esclarecer essa situação."-----

Chefe de Divisão- Paulo Pereira: "Relativamente à questão de morarem na casa é evidente que face ao relatório que fiz na sexta-feira, enviado à senhora Vice Presidente e à senhora Vereadora, entendi que haveria condições para que as pessoas morassem na casa, desde que não houvesse qualquer intervenção na obra, e assim foi feito. Nessa mesma sexta-feira foram feitas algumas medidas de intervenção para salvaguardar algum rolamento de algumas pedras que lá possam existir. Passo a citar: *procedeu-se à injeção de betão com brita de baixa granulometria, para agregar material rochoso existente, cuja inclinação é inferior a quarenta por cento. Isto são medidas extemporâneas, momentâneas que se teve de aplicar, para que não houvesse mais deslizamentos. De imediato foi suspensa a utilização de qualquer equipamento pesado, imediatamente foi instalado em todo o perímetro dos materiais rochosos o empilhamento de vigas de madeiras escuradas. Nota: esta medida é provisória, para precaver o eventual desprendimento natural do solo, mas não serve para qualquer intervenção humana, nestes materiais, ou seja, neste momento temos medidas interventivas, a todo o momento entrará na obra o dono da obra e os seus responsáveis, dado que a obra não é da responsabilidade da Câmara, mas sim da responsabilidade do dono da obra. É tudo o que tenho a dizer neste momento, não havendo fenómenos de causa natural, as pessoas cá em baixo têm condições para habitar, nestes termos.*"-----

Francisco Guerreiro: "Toda a gente sabe que a Fonte de Paderne secou. Estou a falar neste assunto porque, há anos a esta parte, a Fonte também secou e colocamos lá um ponto de água da rede. O que acontece hoje, é que esse ponto de água não existe. Digo isto porque, é um sitio de passagem para o Castelo e passa lá muita gente e era bom que a Câmara Municipal mandasse colocar novamente lá o ponto de água. Agradecia que visse essa situação, porque as pessoas realmente necessitam daquilo."-----

Presidente da Câmara: "Penso que o diretor do serviço de águas pode facilmente ver esta situação, avaliá-la e colocar uma torneira que não permita estar aberta eternamente, talvez com temporizador, senão é um gasto de água imenso, toda a gente



vai lá encher vasilhas e não pode ser para isso. Tem de ser para as pessoas beberem água, será o suficiente."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, nem leitura resumida da correspondência, o Presidente da Assembleia deu início ao PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

### ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos um e dois e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

#### PONTO UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta de apoio à Comunidade Terapêutica do Azinheiro em Estoi, através de uma comparticipação financeira no valor total de 3.780,00€, para custear o internamento de um munícipe de Albufeira; -----

#### PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta de apoio à Comunidade Terapêutica João Guilherme - Projeto Homem em Abrantes, através de uma comparticipação financeira no valor total de 5.435,00€, para custear o internamento de um munícipe de Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

**VOTAÇÃO PONTO UM:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, Ana Luisa Simões, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, José Vila-Nova, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



### **VOTAÇÃO PONTO DOIS:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, Ana Luisa Simões, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, José Vila-Nova, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### **PONTO TRÊS**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao concurso público para execução da empreitada de "Remodelação da Rua 5 de Outubro - 2.º Fase", pelo valor 235.620,27€ +IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

### **VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, Ana Luisa Simões, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, José Vila-Nova, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### **PONTO QUATRO**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Aquisição de licenciamento Microsoft para o município de Albufeira", pelo valor base de 380.492,40€ + IVA; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Queria perguntar ao executivo se já ponderou fazer o software aberto, por exemplo para substitui o Office da Microsoft, o Libreoffice ou até Linux para substituir o Windows e assim pouparem em licenciamento de software? Que é praticamente uma renda."-----

Presidente da Câmara: "Penso que isso já foi experimentado e acho que há qualquer conflito entre aplicações. É por isso que não tem sido usado esse software aberto."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Miguel Pinheiro-----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, Ana Luisa Simões, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, José Vila-Nova, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

#### PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento por Consulta Prévia para contratação de serviços de medicina do trabalho, pelo valor base de 72.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, Ana Luisa Simões, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, José Vila-Nova, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao "Ajuste Direto - Regime Simplificado para aquisição do serviço de um professor de coro e expressão musical para o projeto Clube do Avô", pelo valor de 1.575,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, Ana Luisa Simões, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, José Vila-Nova, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao "Ajuste Direto - Regime Simplificado para aquisição de técnico de desporto para aulas de seniores em movimento (Educação física) - Clube do Avô", pelo valor de 4.060,00€ + IVA; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, Ana Luisa Simões, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, José Vila-Nova, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

#### PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL) - 2020-2021, pelo valor total de 259.031,00€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Só um esclarecimento, do que li e se calhar li incorretamente, não dá indicação de quais são as atividades ou as áreas em que estes vinte estágios seriam utilizados. Peço desculpa se efetivamente, é a ideia que tenho, era só um esclarecimento."-----

Presidente da Câmara: "Não sei se aqui está, mas existem as mais diversas áreas, penso que está aqui. Segundo a Drª Carla Farinha, ela está aqui, se poder usar da palavra."-----

Diretora Financeira - Carla Farinha: "Licenciatura em engenharia civil, proteção civil, sociologia, informática, planeamento do território, gestão, gestão autárquica, economia, engenharia do ambiente, gestão ambiental ou biologia, agronomia, arquitetura paisagista, curso tecnológico e direito."-----

Francisco Oliveira: "Já agora, qual é o prazo dos estágios?"-----



Presidente da Câmara: "Penso que é doze meses."-----  
Francisco Oliveira: "Peço desculpa, está aqui no documento, tem a duração de um ano. Sendo despesa plurianual, carece de autorização da Assembleia Municipal."-----  
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

#### **VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, Ana Luisa Simões, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, José Vila-Nova, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
 A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### **PONTO NOVE**

Apreciação e deliberação da recomendação apresentada pelo BE sobre a resposta às alterações climáticas;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro lê proposta de recomendação. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata)-----

Francisco Oliveira: "Relativamente à recomendação não temos nada a opor e iremos votar favoravelmente, sendo que nesta altura poderemos dizer que somos todos ambiente e somos todos recomendações relativamente, quer às alterações climáticas quer a tantas outras medidas que tenham sido implementadas no sentido de reduzir esse tipo de problemas. Gostaria de lembrar também, nós não temos feito grande referência a essas situações, mas na verdade os verdes do Partido Socialista têm tomado medidas importantíssimas nesse sentido. Desde energias alternativas até à última decisão relativamente a baixar os passes sociais o que permite, efetivamente, o menor consumo de combustíveis fósseis e tantas outras medidas. Portanto, não valeria a pena estarmos aqui a enumerar, só dar esta ideia. Referindo mesmo até, esta situação que temos vindo a verificar ultimamente, com uma menina sueca, que tem levantado realmente estes problemas, em termos mundiais. Devo dizer que fiquei



espantado, no bom sentido, porque esta menina que vem desenvolvendo uma série de movimentações é portadora do Síndrome de Asperger. Síndrome de Asperger é uma variante do autismo, portante um autismo menos gravoso. Normalmente estas pessoas são pessoas com uma capacidade intelectual, em determinadas áreas, muito à frente do normal cidadão. Ver uma jovem, com estas dificuldades e com esta capacidade é de louvar. Por isso, tudo o que seja feito no sentido das alterações climáticas e de melhorar o ambiente, é de facto fundamental. Entendemos também, que as Câmaras Municipais, os municípios têm medidas e ferramentas para puderem implementar algumas regras. Nós fizemos também algumas propostas, há algum tempo, no que diz respeito ao Plano de Mobilidade e a outras tantas situações que se possam verificar. Portanto, em conjunto com o executivo é de entender e perseguir essas mesmas medidas ou necessidade de implementação das medidas, porque todos nós beneficiaremos, sem dúvida alguma.”-----

Roberto Raposo: “Uma boa medida para mitigar o CO2 e estando de acordo com a posição do BE, seria a criação de espaços verdes. Gostava de saber se a Câmara tem em mente a construção de mais espaços verdes, que são praticamente inexistentes.”---

Presidente da Câmara: “Relativamente a essa questão, temos sempre previsão de aumentar o número de espaços verdes. Não são assim tão inexistentes quanto tudo isso. Temos de ter os terrenos para depois construir os espaços verdes, não se constroem espaços verdes como os jardins suspensos da Babilónia. Estamos atentos a todas essas situações, estamos também atentos à utilização das energias alternativas. Estamos atentos à mobilidade através de carros elétricos, já adquirimos alguns e estamos a adquirir mais. Através do concurso que está para ser equacionada nova prestação de serviços dos resíduos sólidos, que também têm combustíveis que não tem tanto a ver com o gasóleo. Temos algumas medidas já implementadas ou a implementar dentro de pouco tempo.”-----

Francisco Oliveira: “Pegando nas palavras do Roberto Raposo, veio-me à memória uma questão que se falava há algum tempo, que não sabemos se efetivamente está ou não a ser analisada no próximo PDM, tinha a ver com o anel verde da cidade de Albufeira. E as limitações à construção em áreas que pudessem deixar que esse anel verde não pudesse ser construído. Portanto, perguntar ao senhor Presidente, não sei se terá já alguma ideia sobre o assunto, mas foi realmente algo bastante discutido em outras





Assembleias e noutros mandatos, relativamente à implementação do anel verde de Albufeira."-----

Presidente da Câmara: "Com certeza que o PDM há de consignar e há de ter um local próprio para que tenha esse tipo de situações, independentemente de ser um anel ou não."-----

Pedro Coelho: "A questão do conforto bioclimático que o BE faz aqui referência, deve-se exatamente ao jardim da Babilónia. Ou melhor, o jardim da Babilónia pode contribuir. O que estou a dizer é que as fachadas verdes, os telhados verdes e tendo Albufeira tanto nível de construção que tem, é característico da cidade, poderíamos ao nível do regulamento municipal de urbanização e edificação, fomentar exatamente esse tipo de jardins suspensos, jardins nos telhados, jardins nas fachadas. Porque contribui para o conforto climático e por isso essa ideia dos jardins da Babilónia não é assim tão despropositada. Se for despropositada posso trazer aqui aos membros da Assembleia fotografias de Singapura, de edifícios muito interessantes que ganharam muitos prémios de arquitetura, onde são exatamente jardins da Babilónia. Uma das grandes oportunidades perdidas nesta matéria foi na revisão do organigrama. Como na altura referi, o organigrama simplesmente esqueceu esta problemática e esta temática de elevada importância que são as alterações climáticas. Porque num município com um organigrama já muito pesado como é o de Albufeira, justificar-se-ia ter uma unidade orgânica transversal, multidisciplinar que abordasse estas alterações climáticas, dependendo de uma estrutura hierárquica superior e não dentro de uma unidade, que é de ambiente dentro de uma divisão que é de higiene urbana, higiene urbana pública, um nome assim extenso, dentro de outro departamento. Claramente está subalternizada esta matéria e não vai funcionar."-----

Presidente da Assembleia: "Não falei nos jardins da Babilónia só por falar, como outro local onde se podia fazer espaços verdes, implementação das hortas de habitação. A questão do organigrama ter ou não ter, ou ter sido ou não ter sido uma oportunidade perdida, acho que não passa meramente de uma questão administrativa, mais ou menos burocrática, independentemente de tudo isso, pode haver ações no dia-a-dia, pelas mais diversas unidades orgânicas que fazem com que este assunto seja ordem do dia. Esta matéria, é uma matéria que toda a gente fala nela, não há ninguém que não fale das alterações climáticas e depois às vezes não se vê as práticas suficientes, não estou a criticar ninguém, estou a dizer é que se calhar fala-se muito e não se faz assim tanto



como se fala. Não é proporcional ao número de horas de retórica que isto leva, mas qualquer das maneiras, há partidos, como se sabe que praticamente do que falam é das alterações climáticas. Não estou a dizer que não é uma coisa importante, é, mas se calhar se formos ver bem e fazer uma análise profunda do discurso se calhar existem imensas contradições, mas imensas, só para quem não estará muito atento. Mas isso ficará para outra altura.”-----

Francisco Guerreiro: “Vinha no caminho e vinha pensando em não dizer nada e afinal já disse aqui uma série de asneiras. Pegando nas palavras sobre os jardins, é muito bonito termos jardins, não tenho qualquer dúvida e sou a favor disso. Há uma coisa que não tenho ouvido, é falar no essencial. E o essencial é aquilo que vem lá de cima, que se chama chuva, água. O nível freático do nosso concelho, do que conheço já baixou vinte e cinco metros, é obra. Há furos que já não tiram água. Mas até hoje, ainda não vi político nenhum, e oiço os debates todos, que vou para casa às sete horas e levo até à meia-noite a ouvir, ainda não ouvi político nenhum, seja qual for, falar uma solução. O que tenho ouvido falar é contra as barragens. Devia ser ao contrário. Porque as barragens seguram a água, não vai para o rio, penso eu, posso estar a dizer uma grande asneira, que não sou técnico. O que eu penso é que deviam pensar numa solução, ou seja, porquê que não arranjam uma solução para dessalinização da água do mar? Eventualmente poderá vir a fazer falta. Isto é uma questão importante, que as pessoas não pensam, enquanto têm o copo cheio não pensam que o outro está vazio. É preciso começarmos a pensar que no dia de amanhã, se não chover este inverno, meus caros amigos, se Deus quiser havemos de estar cá para o ano e havemos de falar neste assunto.”-----

Francisco Oliveira: “Relativamente à questão da água, é algo muito complicado. Porque na verdade, existir jardins ou outras coisas, ou até mesmo vida humana está dependente, efetivamente, deste líquido precioso. Isso não há dúvida nenhuma. Só para dar uma indicação, estão em via, estão a ser estudadas hipóteses de criação de duas barragens, no Algarve. Está também a ser estudada a hipótese de cerca de três mil milhões de litros de água, que estão a ser atirados para o Guadiana e que podem eventualmente ser recuperados para golfe e para agricultura. Há toda uma série de medidas que neste momento estão a ser estudadas, no sentido da recuperação das águas. De facto não recuperarão, se calhar os lençóis freáticos, mas pelo menos ajudarão a culturas. Fala-se, por exemplo neste momento, da possibilidade de



implementação que tem vindo a acontecer, do abacate. O abacate é de facto uma cultura que leva mais água que a laranja ou outros frutos típicos da nossa região. Nesse aspeto, os agricultores têm pedido que haja mais disponibilidade de água, nesse sentido há que criar as condições até porque a agricultura, como sabemos tem tido algumas dificuldades e o Algarve tem potencialidades relativamente a este e outro tipo de culturas, que sejam culturas interessantes para a economia do Algarve.”-----

Adriano Ferrão: “Só uma pequena achega, talvez não seja desmedido fazer campanhas de sensibilização junto das populações escolares, porque as crianças são muito sensíveis, já existem algumas. Talvez não com a intensidade desejável, mas as nossas crianças que serão os cidadãos de amanhã e serão pais e avós, é bom que elas tenham noção do que é o consumo e o que é o desperdício da água. Porque aquilo que vejo, e eu trabalho perto de muitos jovens é que a água é um bem garantido, que lhes é gratuito e que eles ainda não lhe atribuíram o valor que a água tem e aquilo que pode implicar a sua escassez no futuro. Por isso, todas as campanhas, mesmo que a Câmara seja um dos agentes destas campanhas, seria sempre bem-vindo.”-----

Francisco Oliveira: “Só para dar uma achega, relativamente à questão da dessalinização das águas, neste momento elas não são feitas com a intensidade que se pretendia, porque o custo para que se tornem águas potáveis ou águas de consumo é extremamente elevado e portanto não é, neste momento, exequível. Acredito que as questões técnicas possam evoluir e trazer essa possibilidade, porque de facto, água do mar é coisa que não nos falta.”-----

Roberto Raposo: “Sabemos que vão muitos milhares de litros de água parar ao mar, provenientes das etars, gostava de perguntar se é feito o aproveitamento dessa água para rega ou se no futuro está-se a pensar usar essa água para rega? Já que não serve para consumo humano.”-----

Presidente da Câmara: “Quanto à questão do Roberto, estamos em negociações com as Águas do Algarve para passar a utilizar água da estação de tratamento de Vale Faro. Toda esta zona do eixo viário e não só, que é uma zona de fácil acesso a qualquer canalização. Portanto, dentro de algum tempo, não sei quando, mas vai ser possível isso, tendo em conta e de acordo com as características da água.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----



Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, Ana Luisa Simões, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, José Vila-Nova, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO DEZ

Apreciação e deliberação da recomendação apresentada pelo BE sobre a participação do município na Semana Europeia da Mobilidade - Setembro 2020; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Esta recomendação acaba por concretizar a primeira e propõe que o município participe na semana europeia de mobilidade."-----

Pedro Coelho: "Presidente, é aqui precisamente que eu acho que poderíamos concretizar, as questões que disse há pouco. Se não temos uma estrutura transversal, temos estruturas funcionais, em função das suas temáticas e especificidades, das suas áreas de atuação. Aqui temos uma, claramente, é a mobilidade. A proposta do BE parece-me interessante, a adesão à semana europeia de mobilidade, o município tem um plano de mobilidade aprovado, que levou a muita discussão e foi retirado, numa primeira fase, para depois voltar e ser aprovado com algumas reticências da nossa parte, com questões que já afloramos várias vezes, uma delas estava bem presente no plano, era a questão do plano ter um grande peso ao nível das ciclovias, da pedonalização. Acho que é um não acreditar naquele plano, não fomentar a sua aplicação, não fomentar a sua sensibilização, nomeadamente nessas componentes da ciclovia e dos percursos pedestres que está previsto no plano e que se não está a ser divulgado é porque se calhar não está assim tão sedimentado na estrutura municipal. Não posso deixar de dizer, nesta questão da mobilidade, que é um aspeto central para o concelho, central para o Algarve, a questão da intermobilidade. Voltarei a repetir esta questão sempre, porque esta questão é extremamente importante para a descarbonização, é extremamente importante para a questão que estávamos a falar,



da adaptação e mitigação às alterações climáticas e para uma maior circulação dentro da estrutura regional. A questão do acesso facilitado, com baixo nível de carbono ou ferrovia, com a possibilidade de estacionar o carro, porque muitas vezes Albufeira está extremamente dependente do carro, que não devia estar, mas está. Por isso, se quisermos levar o carro até ao comboio temos de estacionar e não temos lugar para o estacionar. O transporte público é ainda insuficiente e deficitário. Esperemos para ver a proposta do GIRO, que estamos a aguardar, vermos qual será a versão final. Tudo isto são matérias a melhorar no âmbito da mobilidade e matérias que têm de ser comunicadas com o público e fomentadas. Exatamente, esta semana europeia da mobilidade serve exatamente para isso."-----

Presidente da Câmara: "Obviamente que está previsto, se o plano de mobilidade foi iniciado fazer-se e foi concluído, com certeza que está prevista a sua implementação gradual. Não é implementado simultaneamente todas as ações em conjunto, mas gradualmente, com certeza que vai ter de ser implementado. Relativamente à questão do GIRO, esperamos para ver, mas a questão da pequena intermodalidade que há entre os vários meios de transportes, da não conjugação de transportes ferroviários com rodoviário que o serve, terá que ser colmatada, minimizada ou anulada até, se for possível, com a nova concessão do GIRO e que poderá vir permitir que haja mais autocarros, que haja melhores horários e que haja melhor serviço, para evitar muitas vezes a utilização do carro próprio, nomeadamente a ida ao shopping, a ida a uma série de sítios que poderá fazer com que se reduza muito. Nunca se atingirá a solução ótima, mas de qualquer maneira foi feito um trabalho no sentido de otimização desses mesmos percursos e rotas, novas rotas do GIRO, com a abrangência que ele vai ter eu diria que se vai reduzir o número de utilizações de automóvel próprio. Relativamente ao que o Francisco Oliveira falou, a questão do passe relativamente aos transportes, foi uma realidade que reduziu, o que aumentou o número de passes adquiridos, penso eu que isso será proporcional à questão da redução do número de carros usados, esperemos que sim. As pessoas não andam a comprar passes para depois utilizar o carro. Isto são medidas positivas, que se vão tomando uma a uma e esta recomendação, com certeza que cá estaremos para levar em efeito."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----



Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, Ana Luisa Simões, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, José Vila-Nova, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis em 0,3% para prédios urbanos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Nos termos em que nos tínhamos comprometido na última Assembleia, propusemos o reagendamento e reformulamos a proposta, que remetemos aos líderes das bancadas, para que dessem o seu contributo. A nossa proposta é exatamente a mesma, (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) passarei simplesmente a ler a redefinição do texto da alínea c), que diz o seguinte: *reduzir a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, que vigorar no ano a que respeita o imposto, em vinte por cento, a aplicar ao prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do arrendatário ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, desde que os contratos tenham a duração mínima superior a dois anos, cuja renda não seja superior a oitocentos euros mensais, não sendo permitido o sub-arrendamento, ou qualquer outra forma de exploração do alojamento, nos termos do disposto no artigo cento e doze, número sete do CIMI. Portanto, é esta a proposta que apresentamos à mesa, para discussão.*"-----

Adriano Ferrão: "Tendo em conta a proposta apresentada pelo PS, o PSD introduziu alterações que acumuladamente vão alterar de tal maneira a proposta que se torna ela própria uma proposta do PSD, que passo a ler." (Doc. n.º2 anexo a esta ata)-----



Francisco Oliveira: "De facto não consigo entender a razão pela qual há outras propostas. Parece que, a autoria tem de ser dada por A, B, C ou D, para nós é irrelevante. Mas gostaria de lembrar, que o programa do governo do PSD e no caso concreto, propõe a redução do IMI de zero trinta para zero vinte e cinco. Isto implica um valor retirado às autarquias verdadeiramente impressionante. É que não estamos a falar dos arrendamentos, estamos a falar de todas as unidades de alojamento e todos os IMI's pagos. Eu falei com a Dra. Carla Farinha, o impacto desta medida é um impacto relativamente reduzido, tendo em consideração que as limitações do próprio texto levam a que o número de contratos que eventualmente possam ser colocados nesta dimensão serão relativamente reduzidos. A ideia desta medida é uma ideia complementar, dir-se-á que reduzir cinquenta ou cem euros no IMI é capaz de ser relativamente pouco, mas como o governo já tinha implementado outras medidas no sentido da redução do IRS, ou do IRC relativamente a senhorios que arrendem por prazo superior a dois anos, cinco anos e a dez anos, de facto, todas estas medidas podem contribuir para o lançamento de novas unidades de alojamento para arrendamento. Portanto, só para dar um exemplo concreto, temos depois algumas contradições, parece que estamos aqui a digladiar e sem entender realmente qual é o lema da questão. Se formos ao regulamento para atribuição de subsídio para arrendamento, no município de Albufeira, ele refere até valores completamente diferentes que agora a bancada do PSD referiu. Por acaso não avancei com valor superior nem com as tipologias, mas a verdade é que a renda para este tipo de habitação, T0 ou T1 é quinhentos e cinquenta, para um T2 é setecentos euros, para um T3 é oitocentos e cinquenta e para um T4 ou superior é mil euros, portanto, vamos ter aqui então uma panóplia de situações. O subsídio de arrendamento tem limites completamente diferentes desta proposta, a questão de não fazer a tipologia e de colocar aqui um valor, como efetivamente tinha dado indicação na última Assembleia era fazer um valor máximo no total. Mas se é essa a ideia, então atualizemos em conformidade com aquilo que já está aprovado e foi aprovado nesta Assembleia Municipal. Por nós não tem problema a questão da autoria, ou da contra proposta, o que interessa é que de facto os munícipes sejam beneficiados, possam ter mais capacidade de arrendar, possam ter mais unidades para serem arrendadas. Porque vos digo também, que uma estatística de rendas de habitação a nível local, publicada a três de Outubro, hoje, vem dizer que o ano passado o número de novos contratos registou



um decréscimo de dez ponto cinco por cento, o que quer dizer que há cada vez menos unidades de alojamento para habitação. Estamos a falar em termos nacionais, mas se nada se fizer mais difícil será colocar unidades de alojamento para habitação e por períodos relativamente longos. Se a questão é os dois anos ou os três anos, acaba por ser irrelevante, porque a única intenção era juntar o prazo dos dois anos àquele que era o prazo mínimo também concedido pelo governo para a implementação e possibilidade do IRS ser reduzido. Mas, como digo, de facto não nos choca, convinha era harmonizar estas situações. Se continuarmos a ter uma limitação da medida, é natural que ela depois não tenha qualquer impacto. Já o senhor deputado, na última Assembleia dizia que poderia não ter impacto. Bem, se colocarmos cada vez mais dificuldades à medida é natural que ela pouco impacto tenha. A ideia não é não ter impacto, é ter algum e permitir que haja mais casas para arrendamento e para arrendamento por longos períodos."-----

Gaspar Meirinho: "Estive a ouvir atentamente aquilo que o Dr.º Francisco Oliveira esteve a dizer, apenas para tentar explicar o sentido da proposta apresentada pelo PSD. Em primeiro lugar, a questão do alargamento do prazo de dois anos para três anos tem a ver exclusivamente com uma questão de conformidade com a lei. O artigo mil e noventa e seis do código civil, paço a citar diz, *salvo estipulação em contrário, o contrato celebrado com prazo certo renova-se automaticamente no seu termo e por períodos sucessivos de igual duração, ou de três anos se esta duração for inferior*. Há aqui outra questão, isto resumido, o que este artigo quer dizer relativamente à questão dos contratos que são celebrados para habitação permanente, significa que eles vão se renovar automaticamente no seu termo e sempre por períodos sucessivos de igual duração, mas se ela for inferior será sempre por três anos. Portanto, o senhorio ficará limitado nesta questão. A outra situação, o termos avançado com as tipologias, se realmente isto é para mitigar a carência de habitação própria no concelho de Albufeira, então vamos tornar esses valores minimamente mais seguros para as famílias que querem efetivamente cá estar. E isso passa por baixar o valor da renda. O proprietário terá um benefício fiscal, apresentando em face da tipologia que existe no concelho um teto máximo de renda, ou seja, essa renda tem de ser limitada, daí o sentido da proposta que foi apresentada. Os T0 estarem limitados até quatrocentos euros, o T1 até quinhentos, não vamos estar a estabelecer um teto de oitocentos euros para um T0, como para um T1, como para um T4, entendo eu que isso não fará sentido,





daí o sentido da proposta que foi apresentada. Não estamos contra, nem estamos a querer criar nenhum tipo de malabarismo, estamos a querer contribuir para a beneficiação da proposta que foi apresentada, tão-somente isso."-----

Francisco Oliveira: "A minha pergunta é, vamos ter aqui tetos diferentes no que diz respeito aos valores máximos para atribuição de subsídio de arrendamento, diferentes daqueles que serão para a medida a aplicar relativamente à redução do IMI? Não me parece razoável, primeiro. Em segundo lugar, a questão ter colocado um valor foi porque assim foi referido pelos senhores deputados na altura, eu fiz questão de enviar a proposta para que os senhores pudessem fazer alterações e não me chegou nada, não houve qualquer tipo de informação e na altura falou-se num valor único e num valor total. Nesse sentido, redigi a proposta com essa intenção. A questão de facto é esta, eu percebo que haja necessidade de impor algumas regras, mas a imposição de algumas regras e eu disse no email que enviei hoje aos líderes de bancada, é que vai limitar consideravelmente esta proposta e naturalmente que a mesma poderá não ter o efeito necessário. E o efeito é, efetivamente, colocar no mercado as unidades de alojamento. Não sei qual é a intenção do grupo do PSD, nós não temos qualquer problema, já disse e vou confirmar, em fazer uma proposta que seja uma proposta com base naquilo que se disse, com algumas alterações e que efetivamente avance para que esta medida rapidamente seja implementada."-----

Adriano Ferrão: "Lamento não se ter conseguido difundir mais atempadamente ou como gostaríamos, a nossa proposta, como sabemos o tempo foi escasso, consegui ler a proposta mandada pelo Dr.º Francisco Oliveira há pouco mais de vinte e quatro horas."-----

Francisco Oliveira: "Foi na segunda-feira."-----

Adriano Ferrão: "Mas eu não tive acesso a ela, não retiro daí que não tenha sido enviada nessa altura, não. Eu é que não tive e muitos dos meus colegas também não tiveram, debruçamo-nos sobre o assunto depois de a receber e de nos podermos encontrar e achamos que ela não seria a mais indicada, tendo já sido aqui assinalado os aspetos que nós achamos que não seriam aqueles mais aconselhados a estarem patentes nela. Alteramos o prazo, achamos que este prazo dá mais estabilidade àquele que arrenda, achamos que estes valores não corresponderiam na resposta adequada às diferentes tipologias, achamos um excesso para tipologias de habitação T0 e T1. Muitas destas tipologias são das mais procuradas no concelho e o que nós pretendemos foi responder às necessidades de quem procura ter acesso a habitação própria neste



concelho, dadas as circunstâncias do que se passa. Sendo assim, também não vejo mal nenhum que possa haver uma conciliação de ambas as propostas, porque o espírito social que está nelas parece-me partilhado por ambas as bancadas.”-----

Francisco Oliveira: “Assim sendo, e uma vez que há abertura e disponibilidade para conciliarmos a posição, propunha, com base nos fundamentos que passo a citar: que a tabela fosse atualizada em função da tabela referente à atribuição dos subsídios para arrendamento, parece-me que é razoável, que foi aprovada aqui há menos de um mês. Propunha que se mantivesse os dois anos por uma razão muito simples, porque é de facto também o prazo que o governo impõe com o mínimo para fazer descer o valor do IRS. Percebo a posição do deputado Gaspar Meirinho, que é de facto de ser renovado por três anos, mas nada implica que não se possa fazer um contrato por um ano, por dois anos, o que é facto é que a renovação do contrato será sempre por três anos. Portanto não implica que este contrato não seja por dois. A ideia era não ter diferentes prazos, de acordo com a diferente legislação, para não cairmos em situações de conflito. Só estas duas questões que acho que seriam razoáveis colocar. Devo dizer que na altura não falamos mil euros, porque tinha visto já que era mil euros o valor total, como se falou que o valor poderia ser muito elevado, eu não quis acrescentar, quis deixar à discussão, mas na verdade, uma vez que está no regulamento da atribuição de subsídio, penso que é razoável. E penso que a questão, apesar da nova legislação vir agora trazer obrigatoriedade da renovação por três anos não implica que não se possa fazer um contrato por dois.”-----

Adriano Ferrão: “Dado este clima de abertura que surgiu, penso que este é um clima construtivo, essa indexação que foi agora colocada pelo Partido Socialista nos parece razoável. Contudo, manifestamos que os três anos nos parecem mais adequados à proposta.”-----

Gaspar Meirinho: “Só para acrescentar que mesmo que o contrato seja feito por um ano ele vai ficar limitado à renovação automática e vai ficar limitado a três anos.”-----

Francisco Oliveira: “É verdade, e eu disse exatamente isso, ou seja, o contrato seja ele feito por qualquer prazo inferior a três anos, a renovação é sempre por três anos. Se for superior será pelo tempo que efetivamente foi celebrado inicialmente. A questão que coloco é uma questão meramente formal, é a questão da compatibilidade com aquilo que vem referido para a redução do IRS e do IRC. É só nesse sentido, se entender que os três anos é mais relevante, tudo bem, só que isto vai levar a uma questão diferente,



que é, para reduzir o IRS eu preciso de ter um contrato de dois anos, embora possa e tenha de ser renovado por três, para uma situação de redução do IMI, tenho de fazer um contrato por três. Portanto, essa é a questão fundamental.”-----

Rui Serôdio: “Queria perguntar ao Francisco Oliveira onde está na proposta da redução do IRS para dois anos, qual é o artigo que diz dois anos?”-----

Francisco Oliveira: “Neste momento não faço ideia qual é o artigo, é a legislação. Eu próprio já fiz um contrato, o ano passado, em que fiz um contrato por dois anos e dois meses, porque referiam que era um contrato superior a dois anos e que com isso benefício da redução do IRS de vinte e oito para vinte e seis por cento. Não lhe consigo agora dizer qual é o artigo que vem na lei, mas esse artigo deve ser um artigo com certeza relativamente ao IRS, neste caso àquela taxa liberatória dos vinte e oito por cento, que teria que se pagar.”-----

Rui Serôdio: “Mas saiu agora, como deve saber, a lei cento e dezanove, barra dois mil e dezanove de dezoito de Setembro, em que determina que essa taxa pode baixar para catorze por cento e para dez por cento. Há três alíneas, em que uma diz que o contrato de habitação de duração igual ou superior a dois anos e inferior a cinco anos pode ir ao limite de catorze por cento, contratos celebrados de duração de cinco anos e inferior a dez anos vai para os catorze e contratos de arrendamento superior a dez anos e inferior a vinte anos é aplicada uma redução de taxa que chega aos dez por cento. Não estou a ver onde é que está os dois anos que seja limitativo esta proposta do PSD.”-----

Francisco Oliveira: “Como referiu, o limite mínimo são dois anos, portanto, dos dois aos cinco anos, sejam dois por cento, sejam quatro por cento, sejam oito por cento, é o limite mínimo, entre dois e cinco anos.”-----

Rui Serôdio: “Entre dois e cinco anos, entre cinco e dez e entre dez e vinte.”-----

Francisco Oliveira: “Mas o mínimo é dois. Sendo o mínimo dois, para alguém que queira fazer um contrato por dois anos possa ter essa possibilidade de acordo com aquilo que diz essa legislação. Mas vamos estar a discutir estas questões por causa de dois ou três anos?”-----

Gaspar Meirinho: “Entendo isso, vou voltar a bater na mesma tecla, por uma questão de conformidade legal, nada obsta a que o contrato possa até ser feito por um, o senhorio vai ficar limitado, em caso de oposição à não renovação a três anos. Portanto, aquilo



que entendemos é uma questão de estabilidade para quem é arrendatário e é uma questão de conformidade legal."-----

Francisco Oliveira: "O que é que uma coisa tem a ver com a outra? Estamos a tentar harmonizar, vou tentar explicar isto com laranjas, é tentar harmonizar os prazos que vêm efetivamente e o que vem efetivamente na lei, e o prazo mínimo é dois anos. Portanto o senhorio que faz o contrato por dois anos tem uma redução de imposto, sejam dez por cento, catorze por cento, o que implica que depois a renovação tenha que ser feita por três anos. São coisas completamente diferentes. Se fizer um contrato por um ano eu sei que já não vou beneficiar da redução do imposto, mas terei, de acordo com a lei, na renovação ter pelo menos três anos. São coisas completamente diferentes. Portanto, o que estamos a tentar harmonizar são os prazos. Prazos de dois anos, mínimo para o contrato, que eventualmente será renovado por três, por força da lei. São coisas diferentes."-----

Ana Ramos: "O Francisco acabou de dizer o que eu ia dizer, que tem a ver com a questão da harmonização. Acho que a medida é muito mais efetiva se estiver harmonizada com outras medidas, é muito mais atrativa. Não estamos aqui com medidas, apenas por uma questão de charme, acho que a ideia é que a medida seja efetiva e atrativa. Acho que é muito mais facilmente atrativa se a pessoa souber que tendo um contrato de dois anos tem benefício fiscal, quer a nível de IRS como também a nível de IMI. Relativamente ao impacto do estudo, que se fala muito, queria dizer que não compreendo muito essa questão. Desculpem-me a expressão, eu penso que não é preciso ir tirar um curso a Coimbra, eu sou de direito, não entendo muito de números, mas parece-me óbvio que não tem um grande impacto. Se o intuito e o espírito aqui é no fundo tentar atrair as pessoas para os contratos de arrendamento em detrimento de outras opções, nomeadamente o "AL". Acho que temos que fazer uma medida atrativa. Relativamente aos limites, acho que é perigoso, temos de pensar muito bem neles, porque muitas vezes esses limites um bocadinho fora da realidade do mercado, fazem com que haja um convite à economia paralela. Porque, obviamente ninguém em Albufeira, a menos que seja a cair de podre aluga um imóvel de tipologia T4 dificilmente por oitocentos euros. Portanto, o que vai acontecer é que as pessoas depois vão declarar no contrato oitocentos euros e por baixo da mesa vão receber outro valor. Mas isto é sempre um risco que se corre quando se tenta estabelecer, sem grande critério alguns limites."-----



Adriano Ferrão: "Para nós o que está aqui é meramente uma questão social, e é por isso que nós mantemos a ideia dos três anos. O PS falou muito pela perspectiva do proprietário e de trazer este com nos níveis de atratividade à sua proposta que seria condizente. Pois, nós achamos que, pelo lado do arrendatário os três anos lhe garante uma outra estabilidade. São duas perspectivas diferentes que têm de ser postas à consideração pela própria mesa em alternativa e em rotação. Por outro lado, claro que eu compreendo o que foi dito ultimamente, que existem sempre possibilidades de fraude, porque não há lei nenhuma que já tenha sido feita pelo homem, que o homem tem erros, que não possibilite a fraude. Claro que sabemos que há empresas que podem alugar, até para fixar funcionários cá alugam e vão beneficiar desta diferença deste benefício. Daí a dificuldade de fiscalização nestas situações, que nós falamos na nossa proposta."-----

Pedro Coelho: "Queria reforçar dois pontos, primeiro ponto é que na Assembleia anterior, nem era consensual a valorização da medida. Parece que esse ponto já está alcançado, para o diálogo construtivo, é benéfico, a medida é adequada e é viável. Mas segundo ponto, foi colocado na Assembleia anterior, que a medida era de eficácia discutível ou de aplicação vaga ou de aplicação discutível. Foi esta questão que levou o ponto a ser retirado e a ser colocado nesta Assembleia. O que vejo agora, destas propostas, é que são de certeza de difícil ....02.06.27 pela AT, mas de certeza que na bancada do PSD há pessoas com experiência sobre essa matéria que comentassem. Porque esse nível de ....02.06.37, esse nível de subcritérios para uma aplicação deste artigo, tenho muita curiosidade em perceber como é que vai ser feito."-----

Presidente da Assembleia: "Vamos discutir as duas propostas para saber se há consenso ou não há consenso. Se não houver consenso não tratemos novos pontos à discussão e passaremos à votação. Dito isto, peço que se centrem naquilo que é o essencial, neste caso, aquilo que vos separa, para saber se vos consegue unir, se não resolvido está."-----

Adriano Ferrão: "Objetivamente, já trouxemos aqui uma abertura à indexação proposta e prescindimos da nossa para aceitar a do PS. Ficou só em aberto este caso dos dois ou três anos, que nós perguntamos ao PS se quer ceder aos três anos ou não? Nós dos três anos não prescindimos"-----

Francisco Oliveira: "Queria só fazer um comentário, que me parece pouco apropriado. Nós não estamos nem do lado do senhorio, nem do lado do inquilino, nem do



arrendatário, nem do proprietário, isso não está em causa. Está em causa, única e exclusivamente a harmonização daquilo que são as regras relativamente ao IRS e relativamente à redução do IMI. É só isto, e metermos prazos relativamente iguais. Se os senhores acham que com isso vão beneficiar e com isso beneficiam, eu não sei, portanto, parece-me que ter um prazo para redução de um determinado imposto diferente de um prazo para redução de outro imposto "não joga a bota com a perdigota". Mas se fazem questão, tudo bem, agora vai criar mais dificuldades e a medida vai ter menos implementação, vai ter."-----

Presidente da Câmara: "Evidentemente que sendo considerado socialmente boa para os munícipes, com certeza que termos de defender o espírito de qualquer uma das propostas. Acho que o espírito é o mesmo e o facto de a Câmara Municipal ter proposto a taxa mais reduzida é também o mesmo espírito. Aqui são questões parcelares, em termos técnicos e de pormenor daquilo que poderá vir a acontecer. Só quero chamar a atenção, falou-se do impacto que isto poderá ter, os serviços já fizeram uma comunicação escrita para os serviços de finanças, que remeteu para os serviços de finanças regional, que por sua vez remeteu para os serviços de finanças nacional e aguardamos a resposta qualquer momento. Mas independentemente do impacto financeiro ou não que a Câmara possa ter, não há nada que não se consiga remediar. Obviamente que prevejo algumas dificuldades, eventualmente no controle, na fiscalização, na possibilidade de existência de algumas fraudes. Mas as fraudes existem sempre, não conseguimos blindar qualquer regra ou regulamento a essa hipótese. Prevejo algumas dificuldades na cobrança que é feita pelos serviços de finanças e na receção destas regras que compete à Câmara Municipal. Não tenho nada a opor, agora, entendam-se."-----

Francisco Oliveira: "Só para referir que a alínea b) desta proposta tem também as suas dificuldades no que diz respeito à autoridade tributária, portanto não está em causa, estas questões quando são de limitação e de verificação têm sempre essa dificuldade. Continuo a dizer, acham que isso facilita ter três anos num lado e dois anos no outro? Se é assim que acham, tudo bem. Não nos vamos opor, porque achamos que a medida é importante, achamos é que não é coordenável, portanto vai trazer mais dificuldades ainda à implementação da proposta. Se é assim, se fazem questão, não



vamos fazer aqui birra, por uma situação destas, queremos é avançar com a proposta, que já devia ter sido aprovada na outra Assembleia."-----

Leonardo Paço: "O que me parece é que a tipologia vai arranjar problemas, além dos problemas existentes desta situação, porque os preços ali referidos estão completamente fora do mercado, não se alugam apartamento a esses valores em Albufeira, acho que todos sabem, não é preciso estar no mercado imobiliário para o saber. Por outro lado, acho verdadeiramente o impacto negativo para a Câmara trás a proposta do Dr. Rui Rio que quer baixar em dezasseis por cento o IMI, isso sim é um impacto negativo."-----

Adriano Ferrão: "Nós não somos o Dr. Rui Rio, não estamos a fazer política nacional, estamos aqui a zelar pelo interesse dos Albufeirenses e das pessoas que vivem em Albufeira ou que querem vir viver para Albufeira. Também me parece desfasado que o valor de oitocentos euros para um T0. Os preços do mercado também não são estes."--

Renato Pimenta: "Gostava de saber em que ficamos, é que já não percebo qual é a proposta."-----

Francisco Oliveira: "Caro Pimenta, acho que já ouviu as propostas, o que estamos neste momento a discutir é se eventualmente o contrato tem dois ou três anos, é só isso. Nós já condescendemos que se a bancada do PSD entende que para a implementação desta medida é fundamental colocar os três anos, que eu acho perfeitamente absurdo, nós condescendemos, não há problema nenhum. Agora, que vai trazer mais dificuldades na implementação vai. Querem votar assim, votaremos assim."-----

Adriano Ferrão: "A pergunta que foi feita pelo deputado à mesa. Foi respondida pelo líder de bancada de outra bancada. Acho que isso é errado."-----

Presidente da Assembleia: "Eu percebo, a vantagem da democracia é que de vez em quando nós flexibilizamos as regras. Em resumo, que alguém lá em casa pode não ter percebido, temos a proposta do PS, que faz a apresentação do contrato para uma duração mínima de dois anos e para uma renda não superior a oitocentos euros mensais, que não seja permitido o subarrendamento ou qualquer outra forma de exploração do alojamento. A proposta do PSD prevê um prazo de três anos e que o valor se reparta conforme a tipologia. T0 até quatrocentos euros mensais, T1 até quinhentos, T2 até seiscentos, T3 até setecentos, T4 ou superior até oitocentos euros mensais. Isto para poder beneficiar. Eis que pendurados nestas duas propostas conseguimos conciliá-las até chegarmos, o PS propôs que fosse proposto a conciliação com o regulamento do



apoio ao arrendamento, o PSD aceitou, ou, pelas palavras do Dr Francisco Oliveira, o PS aceita que seja a proposta seja com o mínimo de três anos para o contrato. Em bom rigor as propostas foram unificadas numa só, nisto que acabei de traduzir.”-----

Gaspar Meirinho: “Só acrescentar uma coisa, na proposta do PSD as limitações que o PS propôs na parte final também fazem parte da proposta do PSD. Não ficou referido, para lá da tipologia, a limitação ou subarrendamento, o que consta no final da proposta do PS.”-----

Presidente da Assembleia: “Temos duas propostas em cima da mesa, a proposta da Câmara Municipal e a proposta da Câmara Municipal com esta alteração, a votação será em alternativa.”-----

Francisco Oliveira: “Para evitar confusão, eu colocava ao senhor Presidente, para colocar ao senhor Presidente da Câmara, que retirasse a proposta da Câmara e que esta proposta, uma vez que está unificada fosse única e fosse a votos, caso o senhor Presidente assim concorde. Assim escusávamos de estar a votar em alternativa.”-----

Presidente da Assembleia: “Da outra vez o Dr Francisco Oliveira chamou-me a atenção, e bem, que o senhor Presidente não sendo o dono da proposta não a poderia alterar. Hoje, se proposta a é retirada, deixamos de ter a essência.”-----

--

Francisco Oliveira: “Senhor Presidente, como entender.”-----

Presidente da Assembleia: “Não coloquemos a coisa nesse prisma. Não é como eu quero, é uma questão de entendimento, é da discussão que se faz luz e tanta discussão houve que se fez luz para a proposta. A questão é muito simples, se temos uma proposta da Câmara Municipal, se o senhor Presidente retira a proposta da Câmara Municipal eu a seguir não a posso deliberar, porque ela tem de sair da ordem do dia. Os membros da Assembleia não se podem sobrepor àquilo que é a deliberação da Câmara Municipal.”-----

Fernando Cabrita: “Há pouco pareceu-me que o senhor Presidente da Câmara tinha dito que a Câmara ia escrever uma carta aos serviços fiscais, que por sua vez mandaria para a entidade distrital. Seria talvez prudente que se esperasse. Se amanhã vier as dificuldades com a cobrança, etc, ou se levarmos uma censura lá de cima, a verdade é que passamos por uma situação que não me parece muito sensata. É isso que penso, a minha posição é essa, desde o início luto por isso. Os serviços de finanças, normalmente arranjam sempre maneira de arranjar uma forma ou de pensar que há





uma melhor forma para a cobrança por eles e podem travar isto. E afinal andamos aqui a experimentar legislar e não legislar.”-----

Presidente da Assembleia: “No entanto nós temos uma questão, temos de fazer a aprovação do zero três ou não. Se a Assembleia decidir não deliberar, eu por acaso pensei que seria aplicável a taxa máxima, mas a Dra Carla já disse que não, que seria a taxa mínima, como tal, o prejuízo não é nenhum. Não obstante isso, os serviços depois para fazer um orçamento ficam um bocadinho baralhados. Todavia, temos sempre a possibilidade, se aprovarmos e vier a informação da AT, a Assembleia pode revogar esta deliberação. Mas assim ficamos com a almofada de conforto para não a podermos marcar em tempo ou a AT, sendo sempre uma entidade que responde no devido tempo, nem sequer nos responder. Portanto ficarmos aqui prejudicados com isto. Mas é uma proposta, se se mantiver a proposta, teremos de levar a deliberação a remoção do ponto. Mantém a proposta?”-----

Francisco Cabrita: “É uma questão prática e que não me parece que este exercício depois seja só porque quem ficou com os trunfos com a proposta que foi aprovada ou que não foi. É melhor ser um pouco mais pensado, mas isso é uma posição minha, eu não o faço sequer como proposta.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação com as alterações propostas pelo PS e PSD.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, Ana Luisa Simões, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, José Vila-Nova, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Pedro Coelho: “Declaração de voto: eu considero que com as alterações consensualizadas tornamos a proposta muito mais complexa e que poderá ser de difícil aplicação. Veremos a pronuncia da AT, mas considero que ela ficou demasiado complexa para o objetivo que pretendia atingir.”-----



## PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sobre proposta da Câmara Municipal, da não transferência de competências para a autarquia, no ano de 2019, o domínio da Gestão das Áreas Protegidas; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "A proposta diz: *que a Câmara Municipal delibere propor à Câmara Municipal não exercer no ano de dois mil e dezanove, as competências no domínio da Gestão das Áreas Protegidas, bem como dê conhecimento a esse órgão deliberativo da aceitação das referidas competências para o ano de dois mil e vinte. Estamos a deliberar e a seguir a dar conhecimento. Vamos votar a não-aceitação da competência para o ano de dois mil e dezanove.*"-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Elisabete Machado, Pedro Coelho, Ana Luisa Simões, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, José Vila-Nova, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Presidente da Assembleia: "Se ninguém se opuser, fica já a tomada de conhecimento da Assembleia Municipal de que a Câmara Municipal decidiu aceitar as competências no âmbito do domínio da gestão das áreas protegidas para o ano de dois mil e vinte."-----

Renato Pimenta: "Isso não tem de passar pela Assembleia antes?"-----

Presidente da Assembleia: "Não. Porque é só tomada de conhecimento."-----

Renato Pimenta: "A aceitação não tem de passar pela Assembleia?"-----

Presidente da Assembleia: "Não, só a recusa. É só tomada de conhecimento, a Câmara

não nos pede deliberação, pede apenas que a Assembleia tome conhecimento.”-----  
Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das  
deliberações tomadas na Assembleia.-----  
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por  
encerrada a sessão, cerca das 23:35 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e  
aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

-----  
Albufeira, 3 de Outubro de 2019 -----

-----  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

-----  
A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

-----  
A SEGUNDA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_



### **Recomendação sobre a resposta às alterações climáticas**

Um recente trabalho elaborado pelo IPMA veio tornar público que a temperatura média em cidades como Lisboa, Bragança, Coimbra, Santarém ou Beja está a subir, desde 1950, ao ritmo de 0,2 graus Celsius por década. Também em cada período de dez anos, a precipitação está a diminuir ao ritmo de 40 milímetros e as secas estão a tornar-se mais frequentes.

Estes e outros estudos confirmam riscos climáticos prováveis e apontam para medidas que deverão ser implementadas no âmbito de planos municipais de adaptação às alterações climáticas. É que as entidades locais, como os municípios, têm um papel decisivo no enfrentar das alterações climáticas, tendo até em conta que as áreas urbanas (onde vive hoje grande parte da população) são as principais emissoras de gases de estufa, devido principalmente à utilização da energia. Um melhor planeamento territorial, a maior eficiência das infraestruturas urbanísticas e mudanças ao nível da mobilidade e do uso dos recursos naturais são imperativos a concretizar para uma melhor gestão das áreas urbanas.

As recentes mobilizações estudantis, que se saúdam, vieram dar uma maior projeção à urgente tomada de medidas pelas entidades públicas para responder às alterações climáticas.

Para além da elaboração de cartas de zonamento climático local em cada município e da criação duma rede de monitorização climática à escala municipal, a instalação de painéis informativos sobre conforto bioclimático e qualidade do ar e a criação de redes de participação cidadã a partir de certas áreas do território, é também imprescindível a elaboração duma “Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC)”.

Torna-se também imprescindível difundir um maior conhecimento sobre a situação de emergência climática, até para combater as ideias anti-científicas difundidas por dirigentes mundiais como o atual presidente dos EUA.

Assim, a Assembleia Municipal de Albufeira, reunida em sessão extraordinária em 3 de Outubro de 2019, Recomenda ao Executivo camarário que:

**1 – decida elaborar uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas – EMAAC;**

**2 – sejam amplamente divulgados pelas escolas e espaços públicos, materiais didáticos e publicações como a “Reportagem Especial” (disponível em <http://ce3c.ciencias.ulisboa.pt/file/ReportagemEspecial.pdf>) para ajudar à compreensão da necessidade de estratégias de adaptação às alterações climáticas**

O representante do BE  
Miguel Pinheiro



Doc. n.º 2

## PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Doc. 1

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira, vem apresentar uma alteração à proposta do Executivo, referente ao Ponto 12 da Ordem de Trabalhos da sessão da Assembleia Municipal de 03/10/2019, o que faz nos termos seguintes:

Considerando:

- Que existe uma enorme procura de habitação para arrendamento por parte dos residentes no concelho de Albufeira, por períodos mais longos e estáveis;
- Que as famílias residentes em Albufeira sofrem de uma incerteza permanente, por não terem acesso a uma habitação por períodos razoáveis, que permita uma estabilidade e segurança no que diz respeito à sua vida profissional e familiar;
- Que a enorme especulação imobiliária, bem como o facto de estarmos num concelho essencialmente turístico, leva a que os contratos sejam de muito curta duração, sendo muito difícil arrendar casa durante os meses de verão;
- Que o Município de Albufeira apresenta uma situação financeira estável;
- Que o Município de Albufeira já manifestou por diversas vezes séria preocupação relativamente à falta de alojamento a preços comportáveis;
- Que cabe também ao Município de Albufeira, tomar medidas que minimizem os problemas de alojamento dos residentes no concelho, tendo ao seu alcance instrumentos para o efeito.

Propõe-se que seja aditada á proposta do Executivo, uma alínea c), com o seguinte teor:

“c) Reduzir a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, que vigorar no ano a que respeita o imposto, em 20%, a aplicar ao prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do arrendatário ou do seu agregado familiar, e que seja efectivamente afecto a tal fim, desde que os contratos tenham uma duração mínima superior a 2 (dois) anos, cuja renda não seja superior a € 800,00 mensais, não sendo permitido o sub-arrendamento, ou qualquer outra forma de exploração do alojamento, nos termos do disposto no artº 112º, nº 7, do CIMI.”

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista



Doc. n.º 3

A  
Doc. 2  
P

## Proposta PSD

### Respeitante ao 13.º ponto

Partilhando o espírito social da proposta apresentada pelo Partido Socialista, que pretende instituir medidas que visam esbater a carência no acesso à habitação própria no concelho de Albufeira, vem a bancada do PSD formular uma nova proposta que pretende ultrapassar as carências técnicas da proposta apresentada pela bancada do PS.

Assim, propõe introduzir alterações à proposta apresentada, no que respeita ao período de duração mínima do contrato de arrendamento que deverá ser de 3 anos para maior estabilidade do arrendatário de acordo com a Lei n.º 13/2019 de 12 de fevereiro, e cujos valores deveriam seguir a seguinte tabela que considera as diferentes tipologias:

Habitação do tipo T- 0 : até 400 euros mensais

Habitação do tipo T- 1 : até 500 euros mensais

Habitação do tipo T- 2 : até 600 euros mensais

Habitação do tipo T- 3 : até 700 euros mensais

Habitação do tipo T- 4 ou superior : até 800 euros mensais

Quanto à restante redacção da proposta apresentada, o PSD concorda tendo como nota final que ainda não conhecemos o verdadeiro impacto desta medida nas finanças da autarquia, nem a sua viabilidade na implementação, aplicação prática e fiscalização.

A bancada do PSD

Albufeira, 3 de Outubro de 2019